



227

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N.º 338503-3

COMARCA: Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Cível

EMBARGANTE: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.

EMBARGADO: R.A.G.S.S.F. (Criança)

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ART. 535 DO CPC – AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO – PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

1. Não tem os aclaratórios a finalidade de substituir o acórdão embargado, nem tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.
2. Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.
3. Inexiste contradição, omissão ou obscuridade no aresto embargado, uma vez que a matéria foi devidamente tratada por ocasião do julgamento.
4. Embargos de declaração não acolhidos.



228

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar acolhimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto





OK

220

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N.º 338503-3

COMARCA: Jaboatão dos Guararapes - 1ª Vara Cível

EMBARGANTE: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.

EMBARGADO: R.A.G.S.S.F. (Criança)

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 202/213) para fins de prequestionamento, opostos pela CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA, contra acórdão unânime proferido pela 5ª Câmara Cível, nos autos da Apelação Cível, em que se discutiu a condenação em danos morais da seguradora, diante da recusa abusiva de internamento do paciente recém-nascido portador de doença pulmonar.

FUNDAMENTOS DO RECURSO

- Em seus Embargos, alega o Recorrente a necessidade de prequestionar a matéria como pressuposto de admissibilidade de recursos às instâncias superiores.
- Afirma ter existido omissão quanto aos dispositivos legais, art. 186, 927 e 944, § único, do Código Civil, defendendo ausência de conduta ilícita e de ofensa aos direitos da personalidade do embargado.



221

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

- Pugna, ao final, pelo conhecimento dos embargos de declaração e, consequente, provimento.

É o Relatório.

Independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



222

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N.º 338503-3

COMARCA: Jaboatão dos Guararapes - 1ª Vara Cível

EMBARGANTE: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.

EMBARGADO: R.A.G.S.S.F. (Criança)

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

A ementa do acórdão guerreado, constante às fl. 183/184, dispôs o seguinte:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PLANOS DE SAÚDE.
COBERTURA DE INTERNAÇÃO DE URGÊNCIA DE
RECÉM-NASCIDO. RECUSA DA SEGURADORA.



223

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ATITUDE ABUSIVA. APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não resta dúvida de que os casos que envolvem Planos de Saúde se coadunam com as regras e se submetem ao Código de Defesa do Consumidor.

2. Paciente recém-nascido, com quadro intermitente de cansaço e evolução clínica com mancha no pulmão, piora dos sintomas, internamento prescrito pela equipe médica assistente que foi recusado indevidamente pelo Plano de Saúde. Deveria este ter agido atentando para os princípios da preservação da vida, a dignidade da pessoa humana, afastando-se a cláusula limitadora, por ser manifestamente abusiva, sob pena de prejudicar todo o tratamento.

3. Incidência do art. 35-C da Lei 9.656/98 (Lei de Planos de Saúde) dispensando-se o prazo de carência para realização de procedimentos emergenciais, o segurado deveria ter sido internado de imediato.

4. As Seguradoras estão obrigadas a cobrir todos os riscos necessários à preservação da saúde do paciente/segurado, haja vista a valorização do princípio da dignidade da pessoa humana e a preservação do direito à vida. Assim, a recusa/ retardo de procedimento prescrito pelo médico assistente mostra-se abusiva, na medida em que colocaria em risco o próprio sucesso do tratamento em questão.

5. Longe de ser mero dissabor, presente o dever de indenizar da empresa Apelante decorrente de sua conduta caracterizadora de dano moral, estando evidenciados os pressupostos da obrigação de indenizar (a culpa, o dano e o nexo de causalidade).

6. Valor arbitrado pelo magistrado *a quo* não merece reparos, razoável a fixação em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor este que traduz a equidade e a prudência nos autos. Especialmente no que se reporta à censura à conduta da empresa demandada.

7. Recurso a que se nega provimento.



224

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo julgamento, de forma explícita e bem delineada, sendo flagrante a intenção do Embargante em rediscutir a matéria - por exemplo quando alega ausência de ato ilícito cometido, sendo incapaz de gerar dano moral- hipótese esta que não sugere a oposição do presente recurso.

Sobre o assunto, a jurisprudência já se manifestou, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. *É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria.* (PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. *Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria.* (775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira)

Além disso, o STJ entende da mesma maneira, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 535CPC1. *A hipótese de cabimento dos Embargos de Declaração por contradição se*



225

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

restringe àquela interna da própria decisão, e não aos entendimentos divergentes em relação a outro decisum. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados. 535CPC. (1351015 DF 2010/0174050-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011)

Acrescente-se ainda que, consoante pacífica jurisprudência, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CTB - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]". (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo



226.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

Assim sendo, inexistente vício algum no julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pelas quais negava provimento ao recurso, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irresignada.

Face ao exposto, conheço dos embargos declaratórios, mas nego-lhes acolhimento.

É como voto.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto